

Para pensar o corpo nas políticas de currículo

Virginia Maria Barcellos¹
Bruno Fernando Castro²

Resumo: O presente artigo tem como tema central a crítica ao moralismo acadêmico que objetifica o corpo, reduzindo-o e perpetuando um fetiche colonizador. Os objetivos são disseminar a alegria e a espontaneidade na produção da corporeidade nas políticas de currículo, desafiando a hegemonia e o "Cistema" que teme a mutabilidade, além de propor um corpo performativo capaz de criar espaço-tempo e ampliar as condições e possibilidades de vivibilidade. A intenção não é atacar, mas produzir entendimentos sobre a forma como discursos de ódio são operados e seus efeitos, buscando operar ideias de hospitalidade sem contra-atacar e sim disseminar sentidos que promovam a abertura à alteridade. Embora o texto não detalhe uma metodologia formal de pesquisa, ele se estrutura como uma análise teórica e ensaística. Apontamos para a prevalência de um puritanismo acadêmico que cerceia vivibilidades outras e que o "Cistema" instrumentaliza a difamação para criar uma falsa noção de limpeza. As monstruosidades incomodam a hegemonia por exporem a mutabilidade, enquanto a espontaneidade e a alegria são pensamentos abertos e dinâmicos, que a estrutura política tem dificuldade de ordenar. A análise revela que as políticas educacionais, ao evitarem os emaranhados dos corpos sensoriais, tentam afirmar um corpo estável e uma política unificada. O artigo defende que a prática não é oposta à reflexão teórica e que os pesquisadores têm a tarefa urgente de deseducar-se do cânone limitador para ampliar os horizontes de possibilidades. O corpo é visto como uma territorialidade contraditória que nos convida a experienciar outro tipo de comunidade, onde o si mesmo só existe na relacionalidade. A aposta é na

1 Doutora em Educação (ProPEd-UERJ), atualmente é professora substituta no Instituto Benjamin Constant e no Colégio de Aplicação da UFRJ, realizando estágio pós-doutoral no ProPEd-UERJ. Lattes: lattes.cnpq.br/3506389019482114. ORCiD: orcid.org/0000-0001-9607-8643. E-mail: contatovirginiamaria@gmail.com

2 Doutor em Educação (ProPEd-UERJ), professor da rede pública municipal de ensino no estado do Rio de Janeiro, atualmente é bolsista do Programa de Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ realizando estágio pós-doutoral no ProPEd-UERJ. Lattes: lattes.cnpq.br/8954059827943685. ORCiD: orcid.org/0000-0002-8960-8367. E-mail: brunofernandocastro@gmail.com.

performatividade e na abertura à alteridade, valorizando o afeto e a espontaneidade para uma educação que acolha a vulnerabilidade constitutiva de toda subjetividade como resposta à alteridade.

Palavras-chave: Corpo. Currículo. Performatividade.

Introdução

O seguinte texto tem como objetivo pensar sobre fenômenos que atravessam o corpo, como por exemplo a alegria e espontaneidade, tentando assim contaminar futuros textos acadêmicos que possivelmente venham a se debruçar sobre a produção da corporeidade. Se o ódio pode ser uma política da memória, marcada pelo peso do terror patriarcal, poderíamos atualizar estes processos de produção de memórias futuras através de uma teoria úmida e dos humores, especialmente, da alegria? Sem medo do risco e do ridículo, tentando performativamente falar da abertura de toda condição do (de) ser; Rachadura úmida de onde fluem humores, como sementes férteis que escorrem da alegria relacional, constitutiva, indecível e produtora, que recebe e acolhe o outro em abertura como condição de possibilidade e de impossibilidade de toda geração de sentido e de subjetividade. Dito isso, completamos que a intenção deste texto não é atacar quem ataca, mas produzir entendimentos sobre a forma como são realizados esses ataques, sobre o contexto discursivo a partir do qual discursos de ódio são operadas e os possíveis efeitos produzidos a partir dessa articulação, mesmo que ao final pareça uma tentativa de entender o porquê dos ataques. Buscando produzir entendimentos sobre o lugar de onde são produzidos esses discursos de ódio na tentativa de operar ideias de hospitalidade de maneira a não contra-atacar. Ainda assim, sem desconsiderar a violência constitutiva de

toda discursividade, e sim disseminar sentidos outros operando ideias que nos são caras tendo em vista a tentativa de não interdição da abertura ao diferir, à alteridade. A ideia aqui não é dar conta de todas as possibilidades e entendimentos. Mesmo quando/se miramos numa possibilidade, algo im-possível e incalculável está em andamento. Algo da ordem do acontecimento, que foge ao nosso controle, algo da ordem do espontâneo, da livre vontade, do livre desejo, sem controle.

Os debates acadêmicos acerca das produções da ideia de corpo vêm se multiplicando em alguns campos do conhecimento. Porém, notamos um certo moralismo teórico metodológico que tenta determinar quais partes e como o corpo pode ser estudado. Em paralelo, na academia prevalece uma seriedade, como se não fosse natural o desenvolvimento através de sensações e sentimentos prazerosos. Como resultado, percebemos uma combinação de políticas de cerceamento que tentam interditar vivibilidades outras de se materializarem.

A produção do corpo e da subjetividade

Não é difícil localizar puritanismos acadêmicos operando como ferramenta de limpeza na produção do conhecimento intelectual. Através de um tom cerimonial, determina-se que o corpo só pode ser mostrado se ele for tomado por objeto de estudo. Só pode ser exposto se for para satisfazer o fetiche colonial de explicitar o corpo “do outro” como inferior, sujo, monstruoso, abjeto, falho, e, assim, justificar determinismos e intervenções. Mas quando esse próprio corpo monstruoso fala, ele lembra ao colonizador que este existe para além de objeto abjeto de sexualização e erotismo exploratório. Dessa maneira, quem oprime tenta criar uma teoria da pureza que só compreenda um modelo de ensino e de expressão. Qualquer outra que ouse mostrar a

possibilidade de uma teoria úmida³ (Haddock-Lobo, 2011), transbordante, capaz de vazar fluxos outros, será tida como contaminante e como uma ameaça.

Por que temem tanto as monstrosidades? Pelas lentes conservadoras, monstro é aquele corpo que ao fazer uso de sua agência corporal e afetiva, sem levar em seu funcionamento as regras, os códigos e os pactos da hegemonia, do colonialismo, se torna uma ameaça. Poucas coisas nas histórias das sociedades humanas são tão potentes para segregar e/ou “justificar” o genocídio de um grupo quanto dizer que eles contaminam. Ou contaminam o corpo, ou contaminam a mente (se é que estão separados) ou, no mínimo e no máximo, contaminam um ideal universal de ser humano específico. As monstrosidades incomodam porque elas revelam a força da mutabilidade. E, ao revelarem a mudança, ameaçam a hegemonia que produz o homogêneo e o hegemônico. A contensão, a partir do nojo. Assim, apresentam o corpo humano a uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Dessa forma, uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, nasce; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 1977, p. 164).

O Cistema é instrumentalizado historicamente para se valer de tudo como se tudo fosse posto à difamação. Ao apontar a sujeira alheia, ainda que esta seja inventada, o que se faz é produzir uma falsa, porém neurótica, noção de limpeza. A branquitude, o fascismo, o patriarcado, a cis-heteronormatividade, a igreja, a monogamia. Sistemas que

3 Conceito criado através de um estudo que visa apresentar alguns aspectos estruturais à constituição do pensamento ocidental. A fim de apresentar esta estrutura - ao mesmo tempo constitutiva e recalçada - do pensamento, recorreu-se à metáfora baconiana do úmido ou, mais precisamente, da umidade do úmido.

se constroem a partir “do outro” que precisa ocupar o lugar de adversário, de inapropriado, imundo. O que choca as pessoas puristas não é a cena nomeada como escandalosa, não é o que se apresenta como pecado. O incômodo é ter de olhar para si, no outre. O incômodo está no fato da própria transgressão ao Cistema revelar a fragilidade e incoerência do próprio Cistema. O choque é o ato de se olhar no espelho. Ao se deparar com o abjeto, nota-se também abjeto. Ao encarar o corpo opaco do ser impuro, percebe-se impuro. E o maior pesadelo colonial é se perceber incapaz de sustentar suas ideias que acreditaram ser infalíveis. E a frustração será trabalhada com violência.

A ideia de espontaneidade está constantemente ligada ao fenômeno. Algo que se constrói no momento presente, na relação. Um fluxo que a estrutura política não consegue pôr ordem por conta da sua constituição. Erin Manning (2023) nos lembra que desde o século XIX, apesar da investigação acerca da experiência subjetiva do sujeito, poucos teóricos políticos se preocuparam com a exploração dos mecanismos sensoriais que conduzem o corpo, ou como o toque opera. Freire (1989) alerta que o dualismo cartesiano está bastante presente em nossas escolas, que valorizam a mente e a mobilizam, deixando o corpo reduzido a um estorvo ou à condição de silêncio e imobilidade, pois, quanto mais quieto, menos atrapalhará. É preciso *hackear* a suposta anatomia, reciclar este vocabulário, buscar produzir sentidos que rompam com o pensamento estabelecido, descolar e deslocar da ideia de uma teoria ideal e forçar nosso corpo a funcionar de outro jeito. Uma ecologia desistente que ao ceder, encontra novas possibilidades de estar.

Aí a coisa complica: como embaralhar esse quebra-cabeça de práticas discursivas evitando a mera inversão das relações de poder, que nada desestabilizam no sentido lógico das operações? Afinal, há uma instância corporal que é justamente onde e como os discursos se constituem. Na prática, tanto binarismos como dualismos terminam por se apresentar como procedimentos excludentes, ainda assim constituintes do pensamento da

relacionalidade, e que assombram sem cessar os debates sobre identidade, gênero, ecologia e outros tópicos.

Como defende Christine, “é preciso então lançar enxames de ideias-movimentos que possam fortalecer a insurreição das multiplicidades” (Greiner, 2023, p. 21). Esta tem sido justamente a proposta dos estudos crip⁴ (Greiner, 2023). Além de esgarçar as epistemologias em proveito de outros modos de conhecer, ajudam a desafiar as referências e categorias dadas, focando na gênese dos processos: naqueles momentos em que o conhecimento estava sendo gerado ainda sem uma gramática reconhecível, como um estado corporal estranho, um desequilíbrio, um tsunami prestes a destruir todas as barragens.

Pelas lentes de Greiner (2023), em autores como Antônio Damásio, James e Espinosa, conhecimento é uma prática. Prática é aquilo que se busca estabilizar na ação de conhecer, tem a ver com a insistência em continuar existindo e, em termos discursivos, trata-se de uma luta contra os artigos definidos maiúsculos, como O real, A existência, O corpo, O sujeito e O self. Tensionar. Especular. Imaginar. Ampliar. Acreditamos que multiplicar histórias de materialização dos corpos na pesquisa seja uma forma de se aproximar de outra rebeldia: aquela inerente a cada corpo, cada ecologia que o habita e que, por tantas vezes, vê-se apagada por olhares que “teimam em a situar, como ente individual, em um quadro demasiado generalizante de modelagens, séries estatísticas ou sistemas orgânicos” (Greiner, 2023, p. 12). Não se trata de conhecer bem ou de conhecer muito de acordo com modelos dados, mas sim de conhecer a partir da singularidade dos corpos e de seus modos de existência.

4 A Teoria Crip é um campo de estudo acadêmico que foca na interseção entre deficiência, gênero, raça e sexualidade, e em como essas experiências são marginalizadas.

Ingold (2022, p. 125) defende que “um corpo é um tumulto de atividades que se desenvolve”. Apoiados pelo autor, aqui precisamos dar uma pausa e falar um pouco sobre a nossa ideia de corpo. Talvez assim possamos sinalizar uma possível faísca em meio a tanta fricção. Abraçamos um corpo performativo, não estático, um corpo como campo de disputa e batalha, onde “o que se repete não são as formas, mas o reposicionamento das formas, a insistência do gesto – fruto das memórias corporais criadas na transfiguração – as cores, os sabores e os cheiros” (Brasileiro, 2021, p. 93). Onde não existem realidades últimas, mas a constante possibilidade de troca de perspectivas. Castiel Vitorino Brasileiro (2021) ainda defende que o corpo é um acontecimento, uma experiência que anuncia o fim como o começo de algo. Para ela, a encruzilhada é a contradição, a negociação, a coragem. É o local ilocalizável de mistura, e decantação. De tomada de decisão, não apenas de contemplação das possibilidades de caminhos. Um acontecimento espiralado, não linear, onde o “fim não é o esquecimento, mas o momento de transfiguração da memória” (Brasileiro, 2021, p. 49). Em um movimento especulativo, se experimentarmos substituir a palavra encruzilhada pela palavra corpo, nos damos conta que participamos de um grupo de pesquisadores que não entende o corpo como a política em voga - como estática matéria - e sim o corpo do momento presente, do acontecimento. Voltaremos a isso mais a frente.

Vinciane Despret (2011) sugere que a nossa forma de vivenciar a experiência pode estar ligada às teorias que descrevem esta experiência, e como estas teorias estão articuladas a dispositivos sociais, históricos ou culturais. A autora dialoga com a obra de Foucault (1977) quando este defende que a categorização existe para ajudar na tradução/transição, onde o corpo humano entra em uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder. Nesse caminho, assumir o ponto de vista do outro é uma transformação ao mesmo tempo desejada e perigosa. A transformação dos corpos e

o deslocamento de perspectivas conduzem a um arriscado empreendimento que é o de capturar a agência do outro, produzindo um conhecimento relacional sobre ele. Sim, o corpo em jogo, o jogo do corpo, o corpo no jogo e o corpo “em jogo” são coisas distintas e de interesse criativo na textualidade desse jogo de palavras.

A perturbação se dá ao tentar abrir caminhos à nossa vivência de corpo em meio a natureza do processo político atual, de que seu arcabouço e confiabilidade se dá através de uma teoria séria, complexa e imbricada, pesada, lenta, preguiçosa e incapaz de dar conta da espontaneidade na ordem da indecidibilidade. A norma busca calar a espontaneidade, criar um calabouço que tenta dar conta do imprevisível, do risco e do riso, e, por consequência, prender a alegria. No sentido aqui apresentado, entendemos a espontaneidade e a alegria como um pensamento que, simultaneamente, crê e não crê, respeita e zomba de si mesmo. Um pensamento tenso, porém, aberto, dinâmico, paradoxal, que não fixa e não se fixa em nenhum conteúdo e que não se pretende nenhuma culminância.

Trabalhamos com a questão do perspectivismo associada ao campo mais amplo de uma “economia geral da alteridade”, conforme observada em diferentes situações do universo ameríndio, como a caça e a guerra (Viveiros de Castro, 1993; 2002; Fausto, 1998) ou a arte (Lagrou, 2007). Segundo Lagrou, o processo de capturar a alteridade conhece diversas estratégias que vão desde a mimese e transformação à captura e predação, e, no contexto ritual especialmente, à sedução estética (2007, p. 64). Se apoderar do outro não significa aniquilá-lo, mas exercer um poder de incorporá-lo e agir sobre ele. A identificação com o outro se baseia na criação de alianças e na construção de um conhecimento. Conhecer é personificar, perceber a intencionalidade, a intensidade, subjetivar o outro. Em contraste com a nossa epistemologia objetivista, muitos corpos performativos estão sendo esquecidos. Apagados. Outros, violentados. Como diz Karen

Barad, “parece sintomático o grau com que as matérias de ‘fato’ (por assim dizer) têm sido substituídas por matérias de significação” (Barad, 2017 p. 20).

O pensamento *Queer*⁵ foi, desde seu início acadêmico em terras brasileiras, eminentemente uma teoria de combate. Entendido como um espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procura enfrentar a naturalização de uma série de opressões, seja evidenciando o caráter compulsório da heterossexualidade, desconstruindo binarismos que enrijecem possibilidades de transformações, tensionando o desejo, ou apontando para as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que quita a humanidade de determinados seres humanos, tratando-os como abjetos. Neste espectro, a pedagogia dos monstros mostra que o processo de formação da subjetividade é muito mais complicado do que nos fazem crer os pressupostos sobre o sujeito que constituem o núcleo das teorias pedagógicas – críticas ou não (Tróí, 2019, Silva, 2000).

Para pensar corpo e políticas curriculares

Partimos do entendimento de política curricular como tradução (Derrida, 2006), neste entendimento, ela não é implementada, mas se desenvolve contextualmente por sucessivas traduções atinentes à linguagem (Araujo; Lopes, 2021). Se o discurso tem agência, como argumenta Butler (2018), é fundamental seguir buscando relaxar seu domínio coercitivo. Nesse sentido, ainda que esta pesquisa se apresente como

⁵ O pensamento queer é um campo de estudo que desafia as normas de gênero e sexualidade, questionando a ideia de que a heterossexualidade é a norma e que gênero e sexualidade são fixos e naturais. Ele analisa como essas categorias são construídas social e culturalmente, e propõe desconstruir essas noções, valorizando a fluidez, a ambiguidade e as identidades que "desviam" das expectativas tradicionais.

eminentemente teórica, pretende impactar também os domínios das práticas e das políticas do corpo em sua intenção disseminativa. A urgência dessa disseminação se amplia diante deste momento em que a racionalidade neoliberal (Brown, 2015) toma conta das políticas públicas. Isso porque, como racionalidade, o neoliberalismo cria efeitos de subjetivação amparados em lógicas ultra condicionantes, a partir da valorização de princípios norteadores em torno de ideias de autonomia e responsabilização. Como em políticas curriculares, nas quais é possível observar essas ideias sendo operadas em torno de termos como empreendedorismo de si, resiliência, projeto de vida, itinerários formativos, para citar apenas alguns temas debatidos sobre as políticas e reformas educacionais mais recentes, como a Reforma do Ensino Médio e a BNCC (Brasil, 2017) (cf.: Lemos; Macedo, 2019; Lopes, 2019, 2024; Macedo, 2019; 2022; Macedo; Silva, 2022).

Castro e Lopes (2020) tecem comentários sobre tradução como iteração

como repetição aditiva e suplementar na disseminação do sentido na enunciação, sempre alterada nessa repetição. Assim, não é possível ser mantida intacta a significação que se pretende produzir. Toda tradução gera uma produção de sentidos, realizada em espaços indecidíveis, sempre sujeitas ao diferir. Essa noção de tradução, como forma de estar e criar o mundo entendido como texto, freia aspirações homogeneizantes de contextualização. Não há conhecimento, consciência, controle absoluto do sentido, ou limites e propriedades do contexto. Há apenas um movimento de disseminação generativa de novos sentidos. É no conflito e na negociação desses sentidos que nos tornamos sujeitos (2020, p. 704).

Ainda assim, todo movimento disseminativo precisa responder a uma normatividade para fazer sentido. Qualquer produção de sentido necessita estar inserida numa ordem, numa lógica compartilhada, qualquer assinatura de um processo de

identificação precisa da contra-assinatura do outro para ser válida e reconhecível. Por isso,

todo o desconstrucionismo [da ideia de corpo] apresentado até então não pretende caminhar ao irracionalismo, à rejeição de qualquer conhecimento herdado (mesmo porque este seria um projeto impossível). Somos contrários tanto ao relativismo que enxerga a validade geral dos saberes, levando a outro fundamentalismo, o da generalidade, quanto ao realismo das concepções universalizantes, das determinações estruturais, do essencialismo, do normativismo ou qualquer outra concepção objetificante que busque limitar a tradução do mundo. Encarando a responsabilidade como a repetição de respostas em espaços indecidíveis, como criação sobreposta de textos que presumem leitores, pretendem criar mundos e buscam orientar seus sentidos, tentamos demarcar posicionamentos e temporalidades, mas, principalmente, reconhecemos sua existência e re-existência na contingência constituinte da tradução como acontecimento que marca momentos do processo de subjetivação” (Castro; Lopes, 2020, p. 704) [grifos nossos].

Em um mundo fortemente identitário, como lidar com a diferença, que mesmo considerada como constituinte do processo de subjetivação, do processo de identificação, é tida e operada como algo localizado/localizável? Como lidar com corpos/campos em disputa, ora neutralizados pelo apagamento, ora pela superexposição? O corpo é parte fundamental da discussão sobre subjetividade pois é através dele que a relacionalidade acontece. Corpo, este, constantemente idealizado, e que consequentemente sofre processos de apagamento, silenciamento, esquecimento, interdição e lembrado somente quando necessário ou quando foge do controle.

Pelúcio (2011) chamou de lógica da complementaridade a operação discursiva que permite que se naturalizem diferenças a partir da articulação de pares de oposição como

simples negação das diferenças entre os polos do dualismo e não como parte de um mesmo sistema, no qual o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado. Rasurando a lógica produtiva e opressora da suplementaridade de desacreditar todo o conhecimento produzido nas entranhas (em nossa leitura), longe de uma racionalidade, na geografia anatomizada do mundo (Pelúcio, 2011), inúmeras são as metáforas com as quais nos referimos ao currículo: redes (Alves, 2003), enunciação (Macedo, 2011), espaço-tempo de fronteiras (Macedo, 2006), alegoria ou currere (Pinar, 2016), prática subjetivadora (Corazza, 2010), currículo-desejo (Paraíso, 2009). Elas partilham a recusa de oferecer resposta à questão metafísica “o que é o currículo”, optando pela metáfora, pelo “currículo como” ou pelo “currículo hífen”. Esses registros onto-epistemológicos distintos, essas metáforas apostam na ideia de relacionalidade que queremos explorar. Com isso, querem dizer, talvez, que seja possível um currículo outro ao reinante na linguagem economizada do capital humano (Brown, 2015).

Através deste rompimento talvez seja possível transmutar os processos de subjetivação que nos constituem, produzindo desvios na lógica, nos hábitos, nos sentidos. O desafio é trabalhar com os sentidos instaurados relacionalmente e não pressupor que já sabemos o que significa sentir. E assim, quem sabe, dar espaço à espontaneidade, como se fosse possível e necessário dar espaço à sua irrupção. Descomprometidas com a maneira como os corpos se movem, as políticas educacionais se apresentam estáveis, em categorias pré-ordenadas, herméticas, acorrentadas. Ao evitar deliberadamente os emaranhados inerentes à articulação de corpos sensoriais em movimento, o Estado tenta afirmar que o corpo pode ser descrito e sua política pode ser definida, unificada e absoluta. Esta perspectiva acredita como ponto de partida em um corpo estável, existente em um espaço tempo pré-determinado, apontando para uma conexão entre a normalização da

soberania do Estado e a negação do corpo sensório em movimento. Porém, para se estudar as expressões de corpos em movimento, arriscamos um conceito amplamente alterado de tempo e espaço do senso comum. Defendemos que espaço e tempo precisam ser transformados qualitativamente pelos movimentos do corpo. O corpo não se move no espaço e no tempo, ele cria espaço e tempo (Barcellos, 2024). Apenas há espaço e tempo em movimento, nesse sentido, espaço e tempo seriam marcações criadas sobre o fluxo da infinitude do todo.

Romper qualquer pensamento exige convocar à experimentação. Falar do corpo e seus atravessamentos exige “estranhar” (Barcellos, 2024) as políticas e sua perspectiva racional, estruturada e fortemente questionadas. Exige florir o tentar, e cultivar os frutos que nele moram. Erro e acerto não são mais fim, mas processo, acontecimentos que geram sensações e emoções. Isso não é uma incapacidade de se fazer política, uma incompetência dos políticos (ou dos seres humanos) ou uma deturpação de uma regra política. A política é construída por articulações de demandas e há múltiplas demandas contextuais produzindo sentidos para as políticas (Laclau, 2011).

Para Castiel, destituir um corpo do seu saber é criar possibilidades para saquear, renomear e recontextualizar seu conteúdo e forma. Ela diz: “Isso é a colonização: a imposição de uma nova autoria sobre aquilo que já existe. [...] a tentativa de moldar e interromper os movimentos vitais de transmutação, transfiguração, transição” (Brasileiro 2021, p. 17). Alguns maliciosamente se utilizam desse movimento para tentar apagar corpos que são ao mesmo tempo matéria, mas também simulacro, uma estufa onde germina subjetividade. Se por dentro o corpo dá conta de si realizando sinapses, trocas, digestão, fagocitose, entre outros movimentos, em determinado momento, ele denuncia sua presença transbordando disruptivamente: emite sons, temperatura, aromas e claro, muitos fluidos. Se para alguns a aspersão desses elementos no mundo parece grotesco e

desnecessária, lamentamos dizer que a tentativa de ridicularizar e diminuir movimentos peristálticos, golfadas, risadas, flatulência, perdigotos e lágrimas é inútil. Pois a linguagem do corpo é aquela que nos permite viver, criando espaço para o fluxo, esvaziando-nos daquilo que não precisamos mais e denunciando, caso algo esteja sendo retido por um tempo maior que o necessário. Talvez por isso nos interessa mais que eleger culpados, pensar sobre os traços e a linguagem desses apagamentos. Entender como o não familiar chegou ao familiar, como o familiar acaba por interditar todo não familiar e como este se constrói para, assim, poder deslocar a familiaridade.

Olímpico ou débil, olhar para esses corpos condenados à norma para revelar um conhecimento localizado no corpo. Como Barad (2017, p. 18) reforça, “a linguagem importa. O discurso importa. A cultura importa. Há um sentido decisivo no qual a única coisa que parece não importar mais é a matéria”. Aqui assumimos a premissa que o corpo não é um espaço ideal, mas uma territorialidade contraditória, que nos mostra possibilidades de caminhos vitais que se contradizem na experiência coletiva onde somos convidadas a nos experienciar em outro tipo de comunidade.

Como explicar academicamente a relevância de uma careta? De um abraço? De um encontro? A permissividade para com o riso alegre, espontâneo, é inversamente proporcional à seriedade, ao caráter “moral” dos objetivos pretendidos pelo discurso pedagógico, ou ao caráter “sagrado” daquilo que o constitui. Esquecemo-nos que o riso é diferente da alegria. Riso é reação, ri-se de algo, como resposta e projeto. Subversão e também normatização. Já a alegria é ação, é estado, é abertura, ser alegre, estar alegre por.

Em sua leitura dos mitos, o riso se apresenta, em primeiro lugar, como uma proibição que quando desrespeitada causa consequências graves, como a morte. Eles tematizam claramente o perigo de rir do outro, e é geralmente provocado por uma

alteridade risível. Por outro lado, alguns mitos associam o riso a acontecimentos positivos. Por exemplo, à origem da linguagem, dos bens culturais, dos tipos de espécies animais e da aquisição do fogo. Em segundo lugar, há mitos que tratam da dialética entre fechamento e abertura do corpo, operando em dois níveis: dos orifícios superiores, ouvir demais, mastigar ruidosamente, rir ou gemer; e dos orifícios inferiores, evacuar sem digerir, peidar, urinar, menstruar. Dito isso, nos seduz mais a ideia de pensar não em uma ética da alegria, mas de novos modos de se estar nela, inclusive academicamente.

Rolnik denuncia que a

política do desejo é a própria de uma subjetividade reduzida à sua experiência como sujeito, na qual começa e termina seu horizonte. Por estar bloqueada em sua experiência fora-do-sujeito, ela se torna surda aos efeitos das forças que agitam um mundo em sua condição de vivente, ignorando aquilo que o saber-do-corpo lhe indica. O gérmen do mundo que a habita é por ela vivido como um corpo a tal ponto estranho e impossível de absorver que se torna aterrorizador, razão pela qual deverá ser calado a qualquer custo e o mais rápido possível (2018, p. 66).

O corpo, mais que uma territorialidade contraditória, nos mostra possibilidades de caminhos vitais que se contradizem na experiência coletiva, porém nos convida a experienciar outro tipo de comunidade. Não se trata de defender uma relacionalidade “correta”, mas de encontrar formas de viver com o outro e agir para ampliar as condições de vivibilidade.

Apostamos na performatividade do professor (Castro, 2024) como possibilidade de operar uma abertura para esse corpo sobre o qual buscamos falar. Um corpo alegre que se apresenta na espontaneidade do encontro da sala de aula como um personagem montado. As risadas que podem advir dessa cena não são necessariamente seu objetivo, assim como essa montagem não deve estar associada a um projeto mais complexo de

garantias de demandas pedagógicas. A inusitada cena de ridicularizar-se diante de uma turma de estudantes pretende transmitir, mesmo que sem garantias, uma forma transformista de se montar para se apresentar como ser vulnerável na tentativa de tratar sobre a vulnerabilidade constitutiva de toda concepção de corpo e subjetividade, e assim, quem sabe, tratar sobre a abertura de onde toda produção de corporeidade escorrem e transbordam.

Considerações finais

A educação deve gerar gente feliz, escrevendo, batendo tambor, dando pirueta, imitando bicho, fazendo ciência e gingando com gana de viver (Simas; Rufino, 2018, p. 19).

Existe uma crença que a produção da ideia de corpo é rasa e se molda de acordo com o campo de estudos o qual se encontra. Sendo assim, nesse texto buscamos tensionar e imbricar alguns desses elementos para buscar ampliar nossa experiência acerca destes temas. Ao mesmo tempo, entendemos que, por vezes, há ressonância entre políticas das quais discordamos e discursos pedagógicos que produzimos e defendemos. Por suposto, é sempre possível argumentar que esses discursos são distorcidos ao serem traduzidos nas políticas – esse será sempre o caso, porque toda tradução trai (Derrida, 2006).

Subjetividade, sujeito e processos de subjetivação não são verdades absolutas, ou modos de vida universais, ainda que ideologias e pedagogias se propaguem através da essencialização de tais categoriais e dinâmicas, “que elas articulam enquanto ferramentas de controle e reprodução da cartografia estabelecida tomada como norma e naturalizada” (Brasileiro, 2021, p. 11). São as singularidades corporais que acionam o modo como o

conhecimento se organiza. Por isso, a prática nunca foi oposta à reflexão teórica, e sim um modo de considerar realidades, pensamentos, conhecimentos e também as ações enquanto estão se produzindo. No entanto, este algo não deve ser reduzido a alguma coisa imediatamente reconhecível, movimento amplamente praticado na Academia, disfarçado pelo rebuscado vocabulário praticado.

Estamos convencidos de que nós, pesquisadores, temos uma tarefa urgente: precisamos nos deseducar do cânone limitador para que tenhamos condições de ampliar nossos horizontes para com o mundo. Pensar uma política de abertura para a imaginação, o desejo, a espontaneidade, o outro. Sempre trocando com o outro, pois partimos da ideia que um *si mesmo* só exista na relacionalidade. Assim, isso significa que só se existe através do outro, como resposta à alteridade. A outra parte constituinte dessa racionalidade. Nesse fluxo, buscamos contemplar nas pesquisas um corpo performativo, não estático, um corpo como campo de disputa e batalha, onde “o que se repete não são as formas, mas o reposicionamento das formas, a insistência do gesto – fruto das memórias corporais criadas na transfiguração –, as cores, os sabores e os cheiros” (Brasileiro, 2021, p. 93). Onde não existem realidades últimas, mas a constante possibilidade de troca de perspectivas. O afeto operando uma promessa de deixar-se ir, de desconstrair, de umedecer, de gozar.

Referências

- ALVES, Nilda. Sobre movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. **Revista Teias**, v. 4, n.7, p. 1-8, 2003.
- ARAÚJO, Hellen; LOPES, Alice. Redes políticas de currículo: a atuação da Fundação Getúlio Vargas. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 16, p. 1-18, 2021.

BARAD, Karen. Performatividade Pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. **Revista Vazantes**, v. 1, n. 1, p. 7-34. 2017.

BARCELLOS, Virginia Maria. **Quantas Virginias cabem dentro de um fusca? uma enunciação f(r)iccio (a)nal autobiográfica com o universo da palhaçaria**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Tornar-se Imensurável: o mito Negro Brasileiro e as estéticas macumbeiras na Clínica da Efemeridade**. Texto de Qualificação (Pós-Graduação em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2021.

BROWN, Wendy. **Undoing demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.

BUTLER, Judith. **The force of nonviolence: an ethico-political bind**. Brooklin: Verso, 2018.

CASTRO, Bruno. F.; LOPES, Alice. C. “Professor, posso inventar qualquer história?”: práticas de significação no currículo de História. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 700-710, 2020.

CASTRO, Bruno Fernando. **Professor pode inventar qualquer história? Hospitalidade e currículo em História**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

CORAZZA, Sandra Mara. Os sentidos do currículo. **Teias**, v. 11, n. 22, p. 149-164, maio/ago. 2010.

DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

DERRIDA, J., & Houdebine, J. L. Interview: Jacques Derrida. **Diacritics**, 33-46, 1973.

DESPRET, Vinciane. Leitura etnopsicológica do segredo. Fractal: **Revista de Psicologia** [online]. 2011, v. 23, n. 1.

FAUSTO, Carlos. Da inimizade. Forma e simbolismo da guerra indígena. In: **A outra margem do Ocidente**. NOVAES, A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 251-280.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica: alternativas de atendimento aos meninos de rua**. 1989.

GREINER, Christine. **Corpos Crip: Instaurar Estranhezas para Existir**. São Paulo: Editora N-1, 2023.

HADDOCK-LOBO, Rafael. **Para um pensamento úmido: a filosofia a partir de Derrida**. Rio de Janeiro: Nau/EdiPUC-Rio, 2011.

INGOLD, Tim. **Imagining for real: essays on creation, attention and correspondence**. Abingdon: Routledge, 2022.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e Diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LAGROU, Elsje. Alteridade e identidade de uma perspectiva kaxinawa. In: ESTERCI, N.; FRY, P.; GOLDENBERG, M. (orgs.). **Fazendo Antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Capes, DP&A Editora, pp. 93-127, 2007.

LEMOES, Guilherme; MACEDO, Elizabeth. A incalibrável competência socioemocional. **Linhas Críticas**, v. 25, p. 57-73, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. **Retratos da Escola**, 13(25), 59–7, 2019.

LOPES, Alice Casimiro. Ensino médio: Criando um projeto moral para gerenciar o futuro dos jovens. **Cadernos De Pesquisa**, 54, e11191, 2024.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Retratos da Escola**, v. 13, p. 39-58, 2019.

MACEDO, Elizabeth. BNCC e a Reforma do Ensino Médio. **Coletiva**, Recife, n. 31 Coletiva. set.out.nov.dez. 2022.

MACEDO, Elizabeth; SILVA, Marlon Silveira da. A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida. **Revista Educação Especial**, 35, e55/1–23, 2022.

MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 11, n.32, p. 285-296, 2006.

MACEDO, Elizabeth; MILLER, Janet. Por um currículo “outro”: autonomia e relacionalidade. **Currículo sem Fronteiras**, 22: e1153, 2022.

MANNING, Erin. **Políticas do toque: sentidos, movimento e soberania**. São Paulo: GLAC, 2023.

PELÚCIO, Larissa. É o que tem pra hoje-os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. **Stonewall**, 40, pp. 111-136, 2011.

PINAR, William. **Estudos curriculares: ensaios selecionados**. São Paulo: Cortez, 2016.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antônio. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da cafetinagem**. São Paulo, 2018. [disponível em: <https://www4.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf> acessado em: 11/06/2025]

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TRÓI, Marcelo. D.. Teat (r) o Oficina, corpo dissidente na cena brasileira. *Artivismos das dissidências sexuais e de gênero*. Salvador, **EDUFBA**, 2019, pp. 41-55.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo do parentesco. *In: A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, pp. 403-455.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O problema da afinidade na Amazônia. *In: A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, [1993] 2002, pp. 87-180.

To think about the body in curriculum policies

Abstract: The central theme of this article is to criticize academic moralism that objectifies the body, reducing it and perpetuating a colonizing fetish. The objectives are to disseminate joy and spontaneity in the production of corporeality in curriculum policies, challenging the hegemony and the "System" that fears mutability, in addition to proposing a performative body capable of creating space-time and expanding the conditions and possibilities of vivability. The intention is not to attack, but to produce understandings about the way hate speeches are operated and their effects, seeking to operate ideas of hospitality without counter-attacking and instead disseminating meanings that promote openness to otherness. Although the text does not detail a formal research methodology, it is structured as a theoretical and essayistic analysis. We point to the prevalence of an academic puritanism that restricts other vivability and that the "System" instrumentalizes defamation to create a false notion of cleanliness. Monstrosities disturb hegemony because they expose mutability, while spontaneity and joy are open and dynamic thoughts that the political structure has difficulty ordering. The analysis reveals that educational policies, by avoiding the entanglements of sensory bodies, attempt to affirm a stable body and a unified policy. The article argues that practice is not opposed to theoretical reflection and that researchers have the urgent task of de-educating themselves from the limiting canon in order to broaden the horizons of possibilities. The body is seen as a contradictory territoriality that invites us to experience another type of community, where the self only exists in relationality. The focus is on performativity and openness to otherness, valuing affection and spontaneity for an education that embraces the constitutive vulnerability of all subjectivity as a response to otherness.

Keywords: Body. Curriculum. Performativity.

Recebido: 15/06/2025
Aceito: 27/02/2026